

Campanhas Anti-Vacinação, Crenças Dos Pais E Consequências: Uma Mini Revisão De Literatura

Victor Augusto Candido Domingos¹, Amanda Carolina Galvão de Olivera¹, Anna Victoria Gonçalves Martins¹, Víctor Lisita Bove¹, Tatiane Narumi Rodrigues Hanguí¹, Marcela de Andrade Silvestre².

1. Discente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

2. Docente curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

RESUMO: O movimento anti-vacinação é presente no contexto mundial desde 1904, seja por questões políticas, religiosas, culturais ou científicas. Este estudo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre as campanhas anti-vacinação, com o intuito de compreender porque os pais não querem mais vacinar seus filhos, enfatizando as consequências desse ato, pois apesar da alta aceitação da prática de imunização, com o advento dos movimentos contra-vacinação, doenças que antes foram erradicadas estão ressurgindo, trazendo consequências significativas para a sociedade. Foram selecionados artigos dos últimos 5 anos, com qualis maior que B2 que tratavam de movimentos contra vacinação. Os artigos analisados convergiram para os mesmos pontos, enfatizando fatores como a desconfiança dos pais em relação à vacina e sua eficácia, a propagação de fake news e a ampla cobertura vacinal. Entretanto, um fato que pode ser considerado como uma lacuna, em todos os estudos, é o contexto econômico-social em que cada grupo analisado está inserido. Com isso, se tornou evidente o fato de que com o avanço tecnológico, tais ideais contra vacinação são propagados mais facilmente, sendo reforçados pela constante disseminação de fake news, tanto pelos pais amedrontados com os efeitos da vacina, como pela mídia mercadológica que busca a publicação de notícias exclusivas, sem garantia de fonte e veracidade. Aliando-se a desconfiança dos pais e a falta de informação verídica, o movimento cria forças cada vez maiores no atual cenário.

Palavras-chave:

Movimento Contra Vacinação. Recusa de Vacina. Programa de Imunização. Cobertura Vacinal. Saúde Global.

INTRODUÇÃO

A vacina é um produto biológico constituído por agentes patógenos (vírus ou bactérias que causam doenças), sendo eles atenuados, inativados ou até mesmo o seu produto, como toxinas. Tem o objetivo de criar uma resposta imunológica do organismo fazendo com que obtenha uma “memória imunológica” gerando assim uma prevenção a diversas doenças (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2015).

As vacinas fazem a exposição inicial do antígeno, conseqüentemente há estimulação à produção de anticorpos contra o antígeno, com o propósito de combater aquela substância estranha ao organismo. O problema é que o corpo não consegue identificar e produzir anticorpos para uma doença nova tão rapidamente quanto o antígeno consegue se reproduzir, podendo levar à morte do indivíduo. As vacinas são produzidas para gerar essa imunidade, pois elas utilizam os mesmos antígenos que causam as patologias, mas de forma inativa para estimular nosso sistema imune (ABBAS, LICHTMAN e PILLAI, 2015).

Segundo o Ministério da Saúde (2020), “Muitas doenças comuns no Brasil e no mundo deixaram de ser um problema de saúde pública por causa da vacinação massiva da população. Poliomielite, sarampo, rubéola, tétano e coqueluche são só alguns exemplos de doenças comuns no passado e que as novas gerações só ouvem falar em histórias”. Portanto subentende-se que trata de uma proteção coletiva, pois pessoas já imunizadas protegem de forma indireta os não vacinados gerando a eliminação da circulação do agente infeccioso.

Entretanto, histórias de movimentos contrários à vacinação têm mudado este quadro de proteção coletiva, considerando-se a realidade de que muitas patologias praticamente erradicadas no país estão ressurgindo, pois, essa realidade não acontece em outros lugares do mundo e, com o advento da globalização, as pessoas dormem em um continente e acordam em outro podendo se transformar em vetores de uma doença para alguém que ainda não está imunizado. No Brasil, entre 1966 e 1973, com a busca pela eliminação da varíola, a sociedade tornou-se mais adepta à cultura de imunização pregada pelo Governo brasileiro. Diante do sucesso da campanha de vacinação da época foi possível a introdução de uma lei específica para que mais doenças fossem erradicadas, trata-se da Lei nº 6.259/75, regulamentada pelo Decreto nº 78.2314, de 12 de agosto de 1976. A norma instituiu a vacinação obrigatória, garantindo que de

alguma forma os cidadãos colaborassem com o sistema de saúde, em busca de uma melhor qualidade de vida para a sociedade. O surgimento de grandes epidemias e o medo que elas causaram pode ser uma explicação para a maior adesão à prática de vacinação (OLIVEIRA, 2012).

Apesar dos resultados positivos, desde 1904 há evidências de não aceitação ao uso da vacina, seja por questões políticas, culturais, religiosas ou científicas. O evento mais marcante foi a Revolta da Vacina (ocorrido entre 10 e 16 de novembro de 1904), na cidade no Rio de Janeiro, no qual um grande movimento popular contra a vacinação criou forças, tanto pelo caráter autoritário quanto pela falta de informação (COTRIM, 2012). Mesmo tendo se passado mais de um século, as campanhas anti-vacinação voltam a ganhar força, tanto pela disseminação de Fake News em relação ao assunto, quanto pela falta de conhecimento sobre a manipulação do produto e seus efeitos.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma mini revisão de literatura sobre as campanhas anti-vacinação no atual contexto mundial e brasileiro, procurando-se enfatizar o porquê os pais não querem mais vacinar seus filhos e quais as consequências desta opção.

METODOLOGIA

Trata-se de uma mini revisão de Literatura. Realizou-se uma pesquisa exploratória feita a partir de informações obtidas nos seguintes bancos de dados: PubMed e SciELO, utilizando como descritores: movimento contra vacinação, recusa de vacina, programa de imunização, cobertura vacinal e saúde global. Foram utilizados os artigos dos últimos 5 anos que tratavam de movimentos contra vacinação no contexto brasileiro e mundial, e seus impactos e consequências. Como critério de exclusão, foram utilizados a classificação do qualis, no qual foram retirados artigos com qualis menores do que B2, e o ano de publicação, retirando artigos antecedentes a 2015.

RESULTADOS

Ao todo foram 5 artigos selecionados, sendo eles 3 (três) em língua portuguesa, 1 (um) em inglês e 1 (um) em espanhol. No estudo é observado que os artigos convergem quando o assunto é causas da não vacinação, pois colocam a sociedade em risco com o ressurgimento de doenças que já haviam sido erradicadas, enfatizando fatores como a desconfiança dos pais em relação à vacina e sua eficácia, a propagação de fake news e a ampla cobertura vacinal.

Conforme foi feita a análise dos artigos selecionados, a recusa à vacinação segue por dois eixos: os que utilizam das crenças populares impostas na era da tecnologia e os que desacreditam ou desconhecem os métodos científicos (JUNIOR, 2019).

Considera-se no contexto atual como um fator determinante a expansão da informação por meio do avanço da tecnologia, mas isso se aliou ao aumento da propagação de informações falsas, as chamadas fake news (JUNIOR, 2019). É imprescindível o papel que a mídia tem em relação às campanhas vacinais, pois desde 1990 houve maior adesão à vacinação devido à maior divulgação de seus benefícios nos meios de comunicação, que eram utilizadas com linguagens mais claras e menos científicas (VIEGAS, 2018). Mas, apesar de trazer benefícios como o aumento da adesão à vacinação, também trouxe malefícios como a disseminação de fake news em relação aos efeitos da vacina.

Um fato bastante chamativo é a falta de comunicação entre as esferas governo, mídia e médico-farmacêutica, já que cada uma utiliza de suas próprias ideologias para influenciar os indivíduos (PIQUERAS, CORTAZAR, et al., 2017). Como cada uma das três esferas tem seus objetivos, seja ele lucro, propagação de saúde, informação, abre-se um espaço para que os indivíduos possam escolher a qual ideologia seguir, enquanto as três esferas deveriam converter para uma ideologia única com o intuito de atingir o bem estar social. Segundo um dos artigos,

há uma carência e má gestão de informação por meio da sociedade em relação à vacinação, no qual deixa explícito que o estudo realizado com 605 adolescentes (que receberam orientações sobre dengue, HIV e outras doenças) demonstrou que as informações não foram passadas de forma correta resultando em compreensão e pensamentos errôneos a exemplo da afirmação de existência de vacinas não existentes, como a da dengue (VIEGAS, 25). Esse fato é característico das fake news propagadas aliadas à falta de comunicação entre as três esferas, não permitindo ao indivíduo distinguir sobre o que é falso ou verdadeiro.

Com a propagação de ideais anti-vacinação, há, a cada dia, uma influência maior dos pais adeptos a esse movimento sobre os que ainda vacinam parcialmente seus filhos, como enfatizado em um dos artigos. Alguns estados norte-americanos possuem uma ferramenta chamada NME (non-medical exemption), a qual permite que os pais consigam uma isenção não-médica para não vacinar seus filhos baseados em preceitos morais, filosóficos, religiosos (DELAMATER, LESLIE e YANG, 2018). Uma das principais justificativas utilizadas é a de que os pais precisam ter autonomia sobre os próprios filhos, não podendo o Estado interferir nesse assunto, mas esquecem do fato de que isso não afeta somente a vida individual, mas toda a sociedade já que aumenta o risco de outras crianças contraírem doenças devido à não vacinação de algumas delas (PIQUERAS, CORTAZAR, et al., 2017). Há outras várias justificativas utilizadas pelos pais, como a desconfiança quanto à eficácia da vacina, a erradicação das doenças as quais as vacinas imunizam, o lucro da indústria farmacêutica, efeitos adversos da vacinação (VIEGAS, 2018).

Considerando essa problemática, a OMS (Organização Mundial de Saúde) em 2011 propôs o modelo dos “3 Cs” que consiste em: confiança, complacência e conveniência, sendo que a confiança é relacionada à eficácia e segurança das vacinas, a complacência é relacionada com a erradicação de do-

enças o que faz com que a vacina não seja necessária, e a conveniência é relacionada à disponibilidade da vacina e sua acessibilidade (VIEGAS, 2018). A conveniência pode ser refutada já que um dos artigos relata a afirmação de muitos entrevistados de que haviam recebido vacinas em diferentes locais como batalhões da polícia militar, escolas, hospitais e na própria residência. Portanto, existe uma cobertura vacinal ampla em relação às vacinas necessárias à população (VIEGAS, 25).

DISCUSSÃO

As fake news, diferente do que imaginam, não são um fenômeno atual, pois estão presentes no meio social desde décadas atrás. Em 1998, Dr. Andrew Wakefield publicou em um periódico médico da Inglaterra chamado *The Lancet*, resultados de estudos que indicavam uma inflamação intestinal provocada pela vacina contra caxumba, sarampo e rubéola (MMR), que liberava toxinas causadoras do autismo. Mais tarde, o estudo foi desconsiderado e o periódico o retirou. Mas, mesmo após a sua exclusão, a crença de que a vacina seria uma possível causadora do autismo perdurou e até hoje é propaganda (SILVA, CASTIEL e GRIEP, 2014). Em meio a esse cenário, as campanhas contra vacinação crescem diariamente, fato que provocou uma reemergência de doenças já erradicadas, principalmente nos países mais desenvolvidos (SARAIVA e FARIA, 2019).

É evidente que em meio a uma sociedade capitalista, a notícia ganha uma característica mercadológica, marcada pela disputa entre os locutores, com o objetivo de divulgar as novidades o mais rápido possível e isso provoca a disseminação em massa das notícias falsas, além de provocar interpretações equivocadas por quem recebe a mensagem, fato que aumenta tal propagação. Com o objetivo de controlar esse cenário, no aspecto da saúde, o Ministério da Saúde, em 2018, criou um programa contra as fake news, no qual as pessoas podem perguntar sobre determinada notícia e descobrir se ela é ou não verdadeira (SARAIVA e FARIA, 2019).

Apesar de haver um amplo acesso aos mais diversos tipos de notícias, um fato reconfortante é que o algoritmo do Google, não garante alta disseminação de artigos e notícias com ideais contra a vacinação (ARIF, AL-JEFRI, et al., 2018).

Em 2017, o presidente do Departamento Científico de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Renato Kfoury, reafirmou que uma das possíveis causas para os pais aderirem ao movimento anti-vacinação é porque não vivenciaram as mortes provocadas pelas epidemias, dessa forma, a erradicação de doenças letais é utilizada como um fator para desconsiderar a vacinação dos próprios filhos (SARAIVA e FARIA, 2019). Outro fato que auxilia para isso é a necessidade de injeções repetidas nas crianças ao passar dos anos, o que causa questionamento nos pais que acreditam estar oferecendo o melhor para os seus filhos. No entanto, a confiança na vacinação é maior do que a confiança nos serviços de saúde, bem como seus agentes e o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) (BROWN,

SPERANDIO, et al., 2018). Além disso, embora muito enfatizado que as crenças religiosas podem interferir na hora de os pais decidirem sobre a vacinação, não há uma associação considerável sobre a relação entre religião e não vacinação, já que poucos grupos religiosos recusam a imunização (ARIF, AL-JEFRI, et al., 2018).

Com o advento da tecnologia, os pais com o objetivo de oferecer a maior proteção possível a seus filhos, procuram constantemente em sites da internet vivências de outros pais que eliminem sua necessidade tão complexa de decidir e através disso, optam mais pela vivência no lugar do estudo com evidências científicas, o que aumenta o advento da não vacinação (SILVA, CASTIEL e GRIEP, 2014).

É necessário considerar neste estudo a questão de que alguns países possuem dificuldades em cumprir seu cronograma de imunização, por não possuir um sistema de saúde tão organizado e estruturado no que tange a imunização, e esse fato pode afetar diversos resultados que não contabilizam esse dado importante. É necessário compreender o contexto no qual determinado grupo social está inserido e possíveis fatores de variação do sistema de imunização, para que não ocorra o equívoco de considerar determinado grupo como seguidor do movimento contra-vacinação. Com isso, é preciso que a cobertura vacinal seja constantemente otimizada, com o intuito de provocar maior aderência por parte dos pais e diminuir as suas desconfianças com relação à vacinação, apesar de ser fundamental observar que mesmo com a imunização em massa sempre haverá uma pequena parcela da população que não será efetivamente protegida devido a fatores genéticos, o que pode provocar questionamentos e persistência dessa desconfiança (HORTAL e FABIO, 2019).

CONCLUSÃO

O movimento anti-vacinação está presente no mundo desde a invenção da primeira vacina. Com o advento da tecnologia, esse movimento cresceu ainda mais nos últimos anos, principalmente motivado pelas fake news que aumentaram as desconfianças dos pais quanto à vacinação de seus filhos, além de inúmeros outros fatores que levaram a dúvidas, como a cobertura vacinal deficiente em determinadas localidades, que foi desconsiderada na maioria dos artigos. É evidente o fato de que há regiões carentes no mundo, sem um sistema de saúde adequado e isso afeta na distribuição de vacinas e aumenta a quantidade de infectados e a reemergência de doenças que antes haviam sido erradicadas. Quando pais preocupados com seus filhos vêem essa realidade, sem considerar o motivo real do porquê acontece, se tornam contrários à imunização, considerando-a ineficaz. As consequências causadas por esse pensamento são enormes, já que a vacina não funciona apenas para o ambiente individual, mas também para o coletivo, portanto, uma pessoa não imunizada que é infectada por algum patógeno tem grande risco de disseminar doenças para outros indivíduos desprovidos de imunização por questões genéticas.

Os estudos futuros podem alargar o quadro de perguntas e ampliar as opções de respostas, de modo que identifiquem outros possíveis motivos pelos quais as pessoas são a favor ou não da imunização e o porquê. Seria também interessante analisar em quais esferas há maior difusão de ideias contra vacinação, dividindo-as por escolas, grupos sociais, bairros, com o intuito de provocar uma ação de conscientização mais focada nesses ambientes.

REFERÊNCIAS

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. *Imunologia Celulas e Molecular*. 8ª. ed. [S.l.]: Elsevier, 2015. 368 p.

ARIF, N. et al. Fake News or Weak Science? Visibility and Characterization of Antivaccine Webpages Returned by Google in Different Languages and Countries. **Frontiers in Immunology**, v. 9, 05 Junho 2018. ISSN 1215. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5996113/>>. Acesso em: 04 Maio 2020.

BROWN, A. L. et al. Vaccine confidence and hesitancy in Brazil. **Caderno de Saúde Pública [online]**, v. 34, n. 9, 21 Setembro 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102311X2018000905014&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 04 Maio 2020.

COTRIM, G. Revoltas na primeira república. In: AMARO, K. L. G. *História Global*. 10. ed. [S.l.]: Saraiva, 2012. Cap. 51, p. 583-584.

DELAMATER, P. L.; LESLIE, T. F.; YANG, Y. T. Examining the spatiotemporal evolution of vaccine refusal: nonmedical exemptions from vaccination in California, 2000–2013. **BMC Public Health**, v. 18, p. 458, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-018-5368-y>>. Acesso em: 06 Março 2020.

HORTAL, M.; FABIO, J. L. D. Rechazo y gestión en vacunaciones: sus claroscurios. **Panam Salud Publica**, n. 54, p. 43, 07 Junho 2019. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC655091/>>. Acesso em: 04 Maio 2020.

JUNIOR, V. L. P. Anti-vacinação, um movimento com várias faces e consequências. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 8, p. 116-122, 24 Julho 2019. ISSN 2. Disponível em: <<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/542>>. Acesso em: 06 Março 2020.

OLIVEIRA, E. C. D. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 20, n. 3, p. 939-962, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000300939>. Acesso em: 25 Abril 2020.

PIQUERAS, M. C. et al. Reticencia vacunal: análisis del discurso de madres y padres con rechazo total o parcial a las vacunas. **Gaceta Sanitaria**, v. 33, p. 53-59, 11 Junho 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S021391117301838>>. Acesso em: 06 Março 2020.

SARAIVA, L.; FARIA, J. F. D. A Ciência e a Mídia: A propagação de Fake News e sua relação com o movimento anti-vacina no Brasil. Intercom – **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da**

Comunicação, n. 42, 2 Setembro 2019. Disponível em:

<<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1653-1.pdf>>. Acesso em: 04 Maio 2020.

SILVA, P. R. V.; CASTIEL, L. D.; GRIEP, R. H. A sociedade de risco mediatizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. **Ciência Saúde Coletiva [online]**, v. 20, n. 2, p. 607-616, 13 Agosto 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141381232015000200607&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04 Maio 2020.

VIEGAS, S. M. D. F. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?

Revista de Saúde Pública, São Paulo, n. 52, p. 96, 8 out. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rsp/v52/pt_0034-8910-rsp-52-87872018052001199.pdf>. Acesso em: 06 Março 2020.

VIEGAS, S. M. D. F. Preciso mesmo tomar vacina? Informação e conhecimento de adolescentes sobre as vacinas. **Avances en Efremeria**, v. 2, n. 37, p. 217-226, 2019 jun. 25. Disponível em:

<<http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v37n2/0121-4500-aven-37-02-217.pdf>>. Acesso em: 06 Março 2020.